

Reprovação

Vincent Cheung

Extraído e traduzido de *Commentary on Ephesians*, Vincent Cheung, p. 21-33.

Falando daqueles que têm sido “preparados para a destruição”, nos voltamos agora para a doutrina da reprovação. Uma pessoa pode considerar essa doutrina como o lado negativo da predestinação, de forma que enquanto na eleição Deus escolhe quem ele iria salvar, na reprovação Deus escolhe quem ele iria condenar.

Visto que em nossa passagem Paulo está enfatizando o lado positivo da predestinação, ou eleição, e visto que eu já discuti e defendi a doutrina da reprovação em outro lugar, eu estaria justificado se continuasse sem tratar do assunto aqui. Contudo, embora a ênfase esteja sobre a eleição, alguns comentaristas não podem resistir à compulsão pecaminosa de negar outra doutrina bíblica, e, assim, tomam essa oportunidade para afirmar que embora a Escritura ensine a eleição (embora eles tenham um falso entendimento até mesmo dessa doutrina), certamente ela não ensina a reprovação. Assim, oferecerei aqui uma breve discussão sobre o assunto.

Por exemplo, Arthur Patzia escreve: “Eleição para salvação não implica que Deus, portanto, predestine o resto da humanidade à condenação”.¹ Correto... talvez seja idéia deles mesmos se condenarem!? Da mesma forma, William MacDonald escreve: “A Bíblia nunca ensina que Deus escolhe homens para se perderem”.²

Quanto à doutrina da eleição e a heresia do livre-arbítrio, alguns teólogos calvinistas e reformados novamente se comprometem com suposições antibíblicas no que diz respeito à doutrina da reprovação. Por exemplo, R. C. Sproul escreve:

A visão reformada ensina que Deus intervém positiva ou ativamente na vida dos eleitos para assegurar a sua salvação. O resto da humanidade Deus entrega a si mesmos. Ele não cria incredulidade no coração das pessoas. Essa incredulidade já está lá. Ele não os força a pecar. Eles pecam por suas próprias escolhas. Na visão calvinista o decreto de eleição é positivo; o decreto de reprovação é negativo.³

Juntamente com muitos outros, ele acrescenta que afirmar a reprovação *ativa* é afirmar o “hiper-calvinismo”, “sub-calvinismo”, ou até mesmo o “anti-calvinismo”.⁴

Contra os escritores acima e outros semelhantes, eu afirmo que a Escritura ensina tanto a eleição como a reprovação, e que tanto a eleição como a reprovação são *ativas*

¹ Arthur G. Patzia, *Ephesians, Colossians, Philemon* (New International Biblical Commentary); Hendrickson Publishers, 1990; p. 152.

² William MacDonald, *Believer's Bible Commentary*; Thomas Nelson Publishers, 1995; p. 1908.

³ R. C. Sproul, *Chosen by God*; Tyndale House Publishers, 1986; p. 142-143.

⁴ *Ibid.*, p. 142.

e *incondicionais*.⁵ Além da Escritura, eu encontro confirmação nos escritos dos Reformadores.

Por exemplo, para citar Lutero novamente, este mantém que os réprobos e até mesmo o próprio diabo são “um servo de Deus”, e, portanto, estão *no mesmo sentido* sujeitos ao poder e à ação divina “a exemplo de *todas as demais* criaturas e obras de Deus”. Assim, Deus se “move e trabalha” para operar esses instrumentos perversos para os seus propósitos justos, e não permite que eles sejam inativos em fazer o mal:

Não importando como designemos os traços naturais presentes no réprobo e no Diabo, em se tratando de criaturas e obras de Deus, não estão menos submetidos à onipotência e influência divinas do que as demais criaturas e obras de Deus. Desde que Deus move e opera tudo em todos, Ele move e opera inevitavelmente Satanás e o réprobo...

Aqui você percebe que quando Deus opera em e por homens ímpios, resultam obras más; pois que Deus, embora trazendo o mal por intermédio do ímpio, não pode em si fazer o mal, pois ele é bom e não pode fazer o mal; mas ele faz uso de instrumentos maus que não podem evitar o impulso e o movimento do seu poder. A transgressão cometida pelo ímpio, levada a termo quando Deus o leva à ação, descansa sobre esses instrumentos que ele não permite ficarem ociosos. Da mesma forma um carpinteiro cortaria mal com um machado que tivesse dentes de serrote. Conseqüentemente o ímpio não pode senão errar e pecar sempre, pois que debaixo do impulso do poder divino não lhe é permitido ficar ocioso, mas ambiciona, deseja e age segundo a sua natureza.⁶

Quanto ao endurecimento do coração do Faraó, Sproul escreve: “O endurecimento ativo envolveria a intervenção direta de Deus dentro dos recônditos internos do coração de Faraó”, e assim, ao invés disso, ele afirma o “endurecimento passivo”.⁷ Por outro lado, é dito por Lutero:

Então o endurecimento que Deus traz ao coração do Faraó ocorre da seguinte forma: Deus se apresenta do exterior para o seu coração vil que por natureza ele odeia; ao mesmo tempo, ele continua a operar no seu interior, pelo poder onipotente, o desejo mau que ali encontra. O Faraó, por conta da vilania da sua vontade, não pode senão odiar o que se lhe opõe, confiando em sua própria força; e eleva-se tão obstinadamente que não deseja ouvir nem refletir, mas lança-se à frente na ferocidade satânica, tal um louco espumando de raiva.⁸

Lutero diz que Deus de fato move interiormente ao Faraó.⁹ Mas também se refere ao “desejo mau que ali encontra”. Isso soa parecido à referência de Sproul ao mal que “já está ali”, mas esses autores não estão dizendo a mesma coisa.

⁵ Assim como no caso da eleição, por “incondicional” quero dizer que a razão e a causa da reprovação de pessoas estão em Deus. Esta é apenas outra forma de dizer que os réprobos não designam a si mesmos na eternidade e então se criam no tempo.

⁶ Luther, p. 204.

⁷ Sproul, p. 144.

⁸ Luther, p. 207.

⁹ “Aqueles que são medianamente versados nas Escrituras vêem que por uma questão de objetividade expus apenas alguns dos muitos testemunhos. Mas a partir desses versículos é mais do que evidente que murmuram e falam tolamente aqueles que, no lugar da providência de Deus, expõem uma condição explícita – como se Deus sentasse numa torre de vigia aguardando eventos casuais, e seus julgamentos

Ao discutir sobre Judas, Lutero esclarece como a “vontade má que ali encontra” é causada: “É verdade que Judas agiu deliberadamente, e não sob compulsão, mas sua disposição foi a obra de Deus, trazida à existência por sua onipotência, como tudo o mais.”¹⁰ Em outras palavras, é verdade que os réprobos pecam “deliberadamente”, no sentido de que eles decidem pecar. Mas essa disposição ou decisão é “a obra de Deus, trazida à existência por sua onipotência, como tudo o mais”. Isso não soa muito passivo, não é mesmo? Caso ainda não esteja claro o suficiente, Lutero também escreve o seguinte:

Paulo ensina que a *fé* e a *incredulidade* chegam até nós, não pela nossa própria obra, mas através do amor e do ódio de Deus.¹¹

A vontade do rei não pode escapar da ação do Deus onipotente pela qual todas as vontades dos homens, *bons* e *maus*, são movidas a desejar e agir.¹²

O que eu afirmo e mantenho é: onde Deus opera aparte da graça do seu Espírito, opera todas as coisas em todos os homens, *mesmo no ímpio*; pois ele somente move, faz agir, e impele pela moção da sua onipotência, todas aquelas coisas que somente ele criou; eles não podem nem evitar nem alterar esse movimento, mas necessariamente o seguem e obedecem, cada coisa de acordo com a medida de seu *poder dado por Deus*. Assim, todas as coisas, *mesmo o ímpio*, cooperam com Deus.¹³

Como Paulo diz: “Éramos todos filhos da ira, assim como os outros” (Efésios 2.3), *criados assim pelo próprio Deus*, a partir de uma semente que tinha sido corrompida pelo pecado de um homem, Adão.¹⁴

Novamente, Lutero fala claramente de um Deus operando e movendo “a vontade má que ali encontra”, isto é, ele fala do ímpio tendo uma natureza má, e é essa natureza má que Deus opera e move. Mas Lutero não quer dizer a mesma coisa que Sproul quando este diz que o mal “já está ali”, como se Deus não tivesse nada a ver com a presença desse mal. Antes, Lutero alude a essa natureza má como sendo um “poder dado por Deus”, e aqueles que são por natureza maus têm sido “criados assim pelo próprio Deus”. Em outras palavras, o mal “já está ali” somente com relação ao que Deus ativamente já fez “ali”.¹⁵

por sua vez dependessem da vontade humana... E certamente *a menos que ele operasse no interior da mente humana*, não procederia ter sido corretamente dito que ele remove discurso do fiel e prudência do ancião (Ez 7.26); que ele tira a razão dos príncipes da terra, de forma que perambularem sem rumo pelo deserto... (Jó 12.24)” (João Calvino, *Institutes of the Christian Religion*; The Westminster Press; p. 231).

¹⁰ Ibid., p. 213.

¹¹ Ibid., p. 228-229.

¹² Ibid., p. 259.

¹³ Ibid., p. 267.

¹⁴ Ibid., p. 314.

¹⁵ É dessa perspectiva que precisamos entender um número de expressões bíblicas passivas, como “Por isso Deus *os entregou* à impureza sexual, segundo os desejos pecaminosos do seu coração, para a degradação do seu corpo entre si” (Romanos 1.24). Essa linguagem passiva é literalmente verdadeira, mas apenas enquanto relativa a algo que Deus *ativamente* já fez. Portanto, quando não estamos falando de forma relativa, mas absoluta, pois que precisamos explicar como algo que “já está ali” situa-se “ali” em primeiro lugar, precisamos falar da ação divina como ativa antes que passiva.

Essa é a opinião do reformador Lutero. Quanto a Calvino encontramos nos seus escritos o seguinte:

Tratemos agora dos réprobos, dos quais Paulo fala na citada passagem. Porque assim como Jacó não tendo mérito algum por suas boas obras foi aceito pela graça, também Esaú, não tendo feito nenhuma ofensa, foi rejeitado por Deus [Romanos 9.13]. Se dirigíssemos nossas considerações às obras, faríamos injustiça ao apóstolo, como se ele não tivesse enxergado algo que para nós é evidente. Ora, que ele não viu isso está patente, porque ele especificadamente segue esta linha: nenhum dos dois fez nem bem nem mal, e um deles foi escolhido e outro reprovado; donde se conclui que o fundamento da predestinação não está nas obras.

Ademais, tendo feito esta pergunta, se Deus é injusto, Paulo não alega que Deus deu a Esaú o que a sua maldade merecia (com o que ficaria clara e certa a defesa da equidade de Deus). Mas ele apresenta uma solução inteiramente diversa. Ele diz que Deus suscita os réprobos a fim de neles exaltar a sua glória.

Finalmente acrescenta, em conclusão, que Deus tem misericórdia a quem bem lhe parece, e endurece a quem bem lhe parece. Vemos que o apóstolo subordina um e outro ao beneplácito de Deus. Então, se não podemos atribuir outra razão pela qual Deus aceita os seus eleitos que não seja o seu agrado, tampouco teremos outra razão pela qual ele rejeita os demais, senão a sua vontade. Porque, quando se declara que Deus endurece ou tem misericórdia conforme o seu beneplácito, essa declaração é feita para nos advertir de que não procuremos causa nenhuma fora da sua vontade.¹⁶

Alguns recorrem aqui à [pretensa] diferença entre vontade e permissão e dizem que os ímpios perecem porque Deus permite, não porque quer. Mas, por que diremos que ele permite se não é porque quer? Ainda mais porque se considera que não parece provável, em si mesmo, que seja por pura permissão, e não pela ordenação de Deus, que o homem recebe a condenação, como se Deus não tivesse ordenado qual seria a condição do ser que ele queria que fosse a principal e a mais nobre das suas criaturas! Não hesito, pois, em confessar com Agostinho que a vontade de Deus é a necessidade de todas as coisas, e que, necessariamente o que ele ordenou e quis que sucedesse, assim como tudo quanto ele previu, certamente sucederá.¹⁷

Há muitas outras passagens similares a esta nos escritos dos reformadores, mas seria desnecessário fazer constar mais citações. É muito claro que eles não negam – antes, de fato ensinam – que a reprovção, a exemplo da eleição, é ativa e incondicional.

Mas assim sendo, quem é reformado? E quem é calvinista? Sproul sustenta que no caso dos réprobos, o mal “já está aí”, como se Deus não o tivesse posto ali – mas então como isso poderia ser? Há outro criador? Sproul diz que Deus “entrega [os réprobos] a si mesmos”; entrega-os ao pecado “por conta das suas próprias escolhas”. Mas existe outro princípio ou poder metafísico onipotente a partir do qual os réprobos operam? A reprovção passiva pode apenas derivar de uma forma de dualismo e, talvez, de uma teoria impossível de geração espontânea; mas o teísmo cristão

¹⁶ Calvin, *Institutes*; p. 946-947.

¹⁷ *Ibid.*, p. 956.

necessariamente implica uma eleição e reprovação ativas, pois nada pode acontecer à parte do desejo e poder ativos de Deus.

Nem todos os calvinistas recentes e teólogos reformados pensam como Packer e Sproul. Por exemplo, G. H. Kersten escreve:

A partir das Escrituras é muito evidente que a reprovação é mais do que meramente permitir a alguém ficar na condição que deseja. É uma *pré-determinação* do estado de perdição de anjos e de homens, pois Deus também determinou decretar alguns anjos à perdição, mantendo-os em correntes eternas sob trevas até o julgamento do grande dia. Os réprobos são designados, reservados e preparados para a destruição... A reprovação é, portanto, um decreto não mais passivo que a eleição; é um decreto ativo.

A base da reprovação não reside em qualquer coisa alheia a Deus, nem mesmo no pecado, mas na absoluta soberania de Deus... Assim, a reprovação é o decreto independente de Deus desde a eternidade, o Deus soberano e que decreta com base na sua vontade. Ela é um ato do beneplácito do Pai...

O pecado, a descrença, o endurecimento e o que mais for assumido como razão para o julgamento reto de Deus, tudo segue a determinação de Deus, e *não é em si a causa do decreto*. Deus é soberano na eleição, mas também na rejeição. Ambos dependem nada menos que do agrado soberano de Deus, e, constituindo seu decreto, não podem ser dependentes de alguém ou algo alheio a Deus...

Assim como a eleição não é geral, também não o é a reprovação... Ela diz respeito a algumas pessoas, conhecidas de Deus por nome.¹⁸

Todavia, muito embora tenhamos demonstrado que a reprovação ativa é consistente com a teologia calvinista e reformada, estamos mais interessados no que as Escrituras tem a dizer. Sobre o assunto, Paulo diz o seguinte:

E esse não foi o único caso; também os filhos de Rebeca tiveram um mesmo pai, nosso pai Isaque. Todavia, antes que os gêmeos nascessem ou fizessem qualquer coisa boa ou má a fim de que o propósito de Deus conforme a eleição permanecesse, não por obras, mas por aquele que chama foi dito a ela: “O mais velho servirá ao mais novo”. Como está escrito: “Amei Jacó, mas rejeitei Esaú”.

E então, que diremos? Acaso Deus é injusto? De maneira nenhuma! Pois ele diz a Moisés: “Terei misericórdia de quem eu quiser ter misericórdia e terei compaixão de quem eu quiser ter compaixão”. Portanto, isso não depende do desejo ou do esforço humano, mas da misericórdia de Deus. Pois a Escritura diz ao faraó: “Eu o levantei exatamente com este propósito: mostrar em você o meu poder, e para que o meu nome seja proclamado em toda a terra”. Portanto, Deus tem misericórdia de quem ele quer, e endurece a quem ele quer.

Mas algum de vocês me dirá: “Então, por que Deus ainda nos culpa? Pois, quem resiste à sua vontade?” Mas quem é você, ó homem, para questionar a Deus? “Acaso aquilo que é formado pode dizer ao que o formou: ‘Por que me fizeste

¹⁸ G. H. Kersten, *Reformed Dogmatics*; Netherlands Reformed Book and Publishing Committee, 1980; p. 137-138. Eu neguei previamente a eleição coletiva e afirmei a eleição individual, e aqui Kersten, assim como eu, rejeita a reprovação coletiva em favor da reprovação individual.

assim?” O oleiro não tem direito de fazer do mesmo barro um vaso para fins nobres e outro para uso desonroso?

E se Deus, querendo mostrar a sua ira e tornar conhecido o seu poder, suportou com grande paciência os vasos de sua ira, preparados para a destruição? Que dizer, se ele fez isto para tornar conhecidas as riquezas de sua glória aos vasos de sua misericórdia, que preparou de antemão para glória, ou seja, a nós, a quem também chamou, não apenas dentre os judeus, mas também dentre os gentios?¹⁹

Desta passagem podemos derivar ao menos quatro pontos relevantes à nossa discussão sobre eleição e reprovação.

Primeiro, a reprovação é escriturística. Ao contrário das reivindicações de alguns comentaristas que reconhecem a eleição, mas negam a reprovação, a Bíblia ensina ambas, e ensina-as na mesma passagem aqui.

Segundo, a reprovação é individual. Ao contrário das reivindicações daqueles que insistem que a reprovação deve ser coletiva a despeito do que é escriturístico, Paulo discute Jacó e Esaú como indivíduos – não simplesmente as nações que seriam derivadas a partir deles, mas “os gêmeos”.²⁰

Terceiro, a reprovação é incondicional. Quando discutimos a eleição divina, já chamamos a atenção sobre o fundamento dessa passagem, que a eleição para a salvação é incondicional. Ou seja, Deus selecionou certas pessoas para a salvação não a partir do que tenha previsto nelas. Mas Paulo também está remetendo a reprovação na mesma passagem, e no mesmo sentido; portanto, a reprovação é incondicional no mesmo sentido que a eleição.

À luz disto, Wayne Grudem ruidosamente difama e vergonhosamente contesta as Escrituras quando escreve: “Assim, na apresentação das Escrituras a causa da eleição descansa em Deus, e a causa da reprovação descansa no pecador.”²¹ Isso é antibíblico e impossível. Paulo diz que Deus decidiu tratar Jacó e Esaú de modo diferente “antes que os gêmeos nascessem ou fizessem qualquer coisa boa *ou má*”. Assim como a eleição não está baseada sobre “qualquer coisa boa” na pessoa, a reprovação não está baseada sobre “qualquer coisa... má” na pessoa, como se ela pudesse criar e agir por si mesma, com o olhar passivo de Deus.

Como professor de teologia de longa data, Grudem deveria ao menos ter a clareza mental de fazer a distinção elementar a exemplo de Kersten, que escreve: “O pecado é a *causa meritória* da punição. A *causa determinante* do estado de reprovação é a soberania de Deus.”²² Assim é melhor, mas a fim de que algumas pessoas não distorçam até mesmo esta declaração, acrescento que a causa determinante desta causa meritória em si (pecado) é igualmente a soberania de Deus.

¹⁹ Muitas outras passagens também afirmam a reprovação ativa, mas não podemos tomar tempo examinando-as todas aqui. Por exemplo, veja 1 Pedro 2.8. Wayne Grudem escreve: “Este versículo não diz simplesmente que Deus destinou o *fato* que aqueles que desobedecem acabariam tropeçando, mas fala antes de Deus destinando certas *pessoas* a desobedecer e tropeçar: ‘para o que também foram postos’” (*Systematic Theology*; Zondervan Publishing House, 1994; p. 685).

²⁰ Retome a nossa discussão prévia de que a soberania de Deus sobre grupos pressupõe a sua soberania sobre indivíduos. Assim como a eleição coletiva (como tentativa de negar a eleição individual) é uma tolice, a reprovação coletiva (como tentativa de negar a reprovação individual) também o é.

²¹ Grudem, *Systematic Theology*; p. 686.

²² Kersten, p. 138.

Grudem certamente já deve ter lido a citação de Calvino que fizemos anteriormente: “Se, então, não podemos determinar uma razão pela qual ele digna-se à misericórdia por seu consentimento, exceto porque o agrada assim agir, não podemos da mesma forma ter qualquer motivo para ele rejeitar outros, que não a sua vontade. Pois quando é dito que Deus endurece ou demonstra misericórdia a quem lhe apraz, os homens são alertados a não buscar causa externa à sua vontade”. Se ele discorda de Calvino, deve dizer isso e então estabelecer a sua refutação, mas da forma como apresenta, a sua posição desonra Deus, difama as Escrituras, confunde os iletrados e nos faz perder tempo.

Quarto, a reprovação é ativa. Muitas pessoas reivindicam que mesmo a reprovação sendo escriturística e individual, deve apesar de tudo ser um decreto passivo; entretanto, a Escritura ensina algo diferente.

Paulo escreve que assim como alguns são “preparados de antemão para a glória”, outros são “preparados para a destruição”. Por conta de considerações gramaticais, mas também inclinações teológicas, muitos têm sugerido que talvez “preparados para a destruição” seja assumido no tempo passado, como se os réprobos tivessem preparados *a si mesmos* para a destruição.

No entanto, uma variação na expressão nem sempre implica uma variação no sentido. Por exemplo, suponha que eu dissesse: “Eu comprei este livro para mim; o outro foi comprado para o meu amigo”. Isso não significa que ao passo que eu tenha comprado o primeiro livro, alguém outro tenha comprado o segundo livro para o meu amigo, ou ainda pior, o segundo livro tenha comprado a si mesmo para o meu amigo. O contexto claramente mostra que eu comprei ambos os livros – um para mim e outro para o meu amigo.

A interpretação falsa parece requerer o uso constante de expressões exatas. Ao invés de dizer, “Eu comprei este livro para mim, mas *o outro foi comprado* para o meu amigo”, seria *sempre requerido* eu dizer: “Eu comprei este livro para mim, e *comprei o outro* para o meu amigo”. William Strunk teria preferido a segunda opção o tempo todo,²³ mas exceto neste caso; por que eu devo me submeter a essa exigência quando *o contexto* é claro o suficiente para determinar o significado, a menos que os intérpretes não queiram aceitar o significado evidente?

Dito isso, o contexto de Romanos 9 é o seguinte. Paulo escreve no versículo 18: “Portanto, Deus tem misericórdia de quem ele quer, e endurece a quem ele quer”. Ele não diz que as pessoas endurecem a si mesmas. Muitas pessoas querem fazer ele dizer isso, mas ele não o diz. Então, Paulo escreve no versículo 21: “O oleiro não tem direito de fazer do mesmo barro um vaso para fins nobres e outro para uso desonroso?” Certamente que os vasos não fazem a si mesmos! Mas *este* é o contexto que Paulo nos dá e pelo qual precisamos entender a expressão “preparados para a destruição” (v. 22).

Em adição, Deus disse: “Amei Jacó, mas rejeitei Esaú” (v. 13). Isso também demonstra que a reprovação é tão ativa quanto a eleição, e que assim como Deus decidiu agir com Jacó de uma certa maneira sem basear essa decisão sobre qualquer coisa encontrada em Jacó, ele decidiu tratar Esaú de uma certa maneira *também* sem basear essa decisão sobre qualquer coisa encontrada em Esaú. Como se fizesse

²³ William Strunk, Jr., E.B. White, *The Elements of Style, Fourth Edition*; Allyn & Bacon, 2000; p. 18.

alguma diferença, alguns comentaristas são rápidos em sugerir que “rejeição” significa aqui tão-somente “amar menos”. Ótimo, mas o que isso significa? E ama menos em qual medida? Eu amo espinafre, mas amo menos berinjela. Amo menos em qual medida? Eu *odeio* berinjela.

Muitos teólogos reformados ensinam que a diferença entre eleição e reprovação é que, ao passo que Deus deve ativamente selecionar e convocar os eleitos para a salvação, meramente omite ou ignora os reprovados, como se isso o exonerasse de algum crime horrível e vergonhoso. Mas a reprovação ativa não é um crime – é o justo decreto divino de revelar a sua ira e o seu poder (v. 22), e manifestar a sua misericórdia para com os eleitos (v. 23), tudo para a sua glória. Assim, todas as coisas são operadas segundo a vontade e o poder de Deus, que não precisa se desculpar por seus decretos e ações.

Embora exista de fato uma diferença entre a eleição e a reprovação, ambas são igualmente ativas. A diferença real é que existe um passo adicional na execução do decreto de Deus para os eleitos. Especificamente, na eternidade Deus concebeu e decretou que ambos os grupos cairiam em pecado através de Adão, mas também decretou salvar os eleitos através de Cristo. Quando Adão caiu em pecado, tanto os indivíduos eleitos quanto os reprovados caíram com ele. Os indivíduos reprovados situam-se, portanto, na sua posição divinamente decretada, preparados para a destruição, ao passo que os indivíduos eleitos aguardam a aplicação da redenção na ocasião estabelecida por Deus.

Nossos oponentes então objetam: “Mas isso não faria de Deus o autor do pecado?”. Muitos teólogos reformados são rápidos em negar essa implicação,²⁴ – o que inclui mesmo aqueles que afirmam a reprovação ativa – e desenvolvem então toda sorte de distinções e qualificações para afastar Deus do pecado e do mal.²⁵ Mas já que a sentença “autor do pecado” nem mesmo é encontrada na Bíblia, eu gostaria de saber por que eles são tão rápidos em inventar ou reconhecer uma sentença antibíblica e então em se precipitar ao dizer “Deus não é *isso*”.

A maioria das pessoas não se põe a considerar o que a frase significa. Especificamente, o que se quer dizer com “autor”? Quando Deus inspirou as Escrituras, não pegou fisicamente a caneta para escrever, mas criaturas fizeram isso (conduzidas por Deus, é claro). Assim, se você tem por “autores” das Escrituras aquelas pessoas que fisicamente tomaram a caneta, os escritores humanos são os autores. Mas se você se refere à fonte do conteúdo – os pensamentos e as palavras – e a real causa que fez com que os escritores humanos tomassem a caneta, e o poder que moveu a caneta, Deus é o autor das Escrituras.

Portanto, se a questão é se a doutrina da predestinação torna Deus um *pecador*, no sentido de alguém que comete pecado ou mal, precisamos negar isso. Mas se é isso o que se pretende dizer, vamos reescrever a sentença para se referir a “pecador” ou “malfeitor”, ao invés de “autor do pecado”. Agora, uma vez que Deus é o único padrão de certo e errado, para ser um pecador ele deveria ter estabelecido uma lei moral para si mesmo e então quebrá-la, e assim julgar a si mesmo por ter errado. No entanto, as Escrituras asseveram que ele é reto em tudo o que faz.

²⁴ Sproul, p. 144.

²⁵ Kersten, p. 125.

Mas se a questão é se Deus é a causa última ou mesmo imediata do pecado, devemos afirmar isso e neste exato sentido, mesmo para aqueles que por alguma razão querem usar a sentença, já que então Deus é realmente o “autor do pecado”, pois ele é necessariamente o autor de *todas as coisas*. A suposição comum é que há algo “errado” em se dizer que Deus é o autor do pecado. No entanto, desde que Deus é o único padrão de certo e errado, é somente errado Deus ser o autor do pecado se ele pessoalmente decretou que é errado ele ser o autor do pecado. Não nos caberia dizer que isso está errado, e só porque algumas pessoas assumem que seja errado não implica que realmente o seja.

Precisamos recorrer novamente aos reformadores? Mas temos dado mais do que algumas passagens das Escrituras e muitas citações dos reformadores. Talvez olhemos mais uma, ainda que visivelmente menos relevante ao nosso contexto. Diz respeito às palavras de Calvino: “De fato nem mesmo a abundância de pão será proveitosa para a nossa insignificância, a menos que divinamente ordenada para sustento”. Declarações similares abundam nos escritos de Calvino.

Teólogos gostam muito de apelar a “causas secundárias” a fim de distanciar Deus do pecado e do mal. Dizem que Deus realmente causa o pecado e o mal, mas age assim tão-somente por causas secundárias, e, portanto, é indiretamente a sua causa. No entanto, isso realmente não distancia Deus do pecado e do mal porque, para começar, a todo o momento Deus precisa diretamente fazer as causas secundárias operarem da forma por ele pretendida, e precisa igualmente fazer com que os objetos supostamente afetados pelas causas secundárias respondam da forma que ele deseja. De outra forma, teríamos que reconhecer um princípio ou poder metafísico diferente, mas tal qual poderoso como Deus, o que seria dualismo.²⁶

Como no caso da declaração de Calvino, embora o pão seja num sentido designado uma causa secundária pela qual Deus nutre o seu corpo, ele precisa ainda, num sentido real, causar diretamente a nutrição, pois não há um poder no pão em si para o sustento, como se o pão pudesse existir e operar à parte do poder direto e imediato de Deus. Embora este seja um elemento necessário do seu sistema doutrinário, muitos teólogos reformados parecem perder este simples detalhe.

Agora, apelos à causas secundárias são legítimos à medida que corretamente aplicados; no entanto, se a intenção é distanciar Deus do evento ou do efeito (tal como assassinato, estupro, etc.) como uma forma de fazer teodicéia, a abordagem fracassa, pois nada pode realmente afastar Deus dessa forma. É bíblicamente errado e metafisicamente impossível. Portanto, neste sentido – no sentido que Deus é necessariamente o autor de *todas as coisas* – precisamos afirmar que Deus é o autor do pecado. Mas adicionaremos que isso não gera um problema apologético, pois não existe argumento racional ou bíblico demonstrando que há algo errado nisso; antes, que Deus e suas ações são retos por definição.²⁷

²⁶ Herman Hoeksema, *Reformed Dogmatics, Vol. 1*; Reformed Free Publishing Association, 2004; p. 226-227.

²⁷ Ora, Tiago escreve: “Quando alguém for tentado, jamais deverá dizer: ‘Estou sendo tentado por Deus’. Pois Deus não pode ser tentado pelo mal, e a ninguém tenta. Cada um, porém, é tentado pelo próprio mau desejo, sendo por este arrastado e seduzido” (Tiago 1.13-14). Essa passagem é às vezes usada contra a minha posição. No entanto, tudo o que ela diz é que (1) Deus não pode ser tentado pelo mal, o que não contradiz a minha posição, e (2) Deus a ninguém tenta, o que também é verdade, pois ele faz com que outras coisas tentem, incluindo a lascívia e o diabo. Assim, Tiago não contradiz a

A doutrina da predestinação é de fato controversa, não porque as Escrituras sejam obscuras ou porque existam bons argumentos de ambos os lados, mas principalmente porque o homem pecador, conduzido por Satanás, exige a salvação de Deus e ainda recusa-se a dar a ele toda a glória. Pelo contrário, ele reserva um papel determinativo para si mesmo, asseverando que Deus torna a salvação na melhor das hipóteses possível, mas a ninguém real de fato, até que a pessoa permita Deus salvá-la.

O homem convence a si mesmo que é o mestre da sua alma, e que ninguém pode tomar isso de suas mãos. Jesus disse: “Vocês não me escolheram, mas eu os escolhi para irem e darem fruto” (João 15.16); em contraste, o homem pecador retruca: “Você me ‘escolheu’ apenas porque sabia que eu o escolheria, de forma que a minha vontade logicamente precede e determina a sua!” Ele diz: “Se a conversão é necessária, então por intermédio da minha vontade eu agirei contra a minha vontade (má), pelo meu poder escaparei da influência de Satanás e do domínio do pecado, e pelo meu poder tornarei a Cristo e permitirei que me salve, como se eu realmente precisasse dele”.

O homem pecaminoso pode se ressentir com o que foi dito, alegando ser uma má-interpretação, e pode ocultar os seus reais pensamentos e motivos com palavras belas e expressões reverentes, mas debaixo de tudo isso reside uma tal perversidade e rebelião que poderia ser satisfeita com nada menos que tornar o homem o centro do universo, de forma que mesmo Deus precisaria atender e servi-lo. E assim “livre-arbítrio” é o slogan de Satanás, e o Arminianismo é o seu credo. Por outro lado, o Cristianismo e o Calvinismo (que piedosamente expressa os ensinamentos do Cristianismo) afirmam “A salvação vem do SENHOR” (Jonas 2.9) – isto é, *real e plenamente* de Deus, e não apenas parcialmente ou mesmo em larga medida dele.

Sim, a doutrina é controversa, de forma que mesmo aqueles que reivindicam concordar conosco sugerem que não devemos pregar sobre isso. Mas então seria mesmo o caso deles concordarem conosco? Se o que dissemos é correto, a predestinação é inseparavelmente atrelada a qualquer exposição adequada da teologia bíblica e do evangelho em si. A sugestão deles insulta a Deus, como se ele fosse estúpido ou tenha errado em nos revelar essa doutrina pelas Escrituras. Em contraste a essa impiedade, Lutero escreve:

É, portanto, fundamentalmente necessário e proveitoso aos cristãos saberem que Deus não prevê nada contingentemente, mas antevê, delibera e opera todas as coisas de acordo com o seu imutável, eterno e infalível desígnio...²⁸

Como eu disse acima, o que pode ser encontrado ou provado pelos escritos sagrados é claro e salutar, podendo ser então seguramente publicado, estudado e conhecido – e, de fato, isso precisa ser feito. Portanto, a sua declaração, que algumas coisas não devem ser tornadas conhecidas a todos os ouvintes, se feitas com referência ao conteúdo das Escrituras, é falsa; e se você se referiu a outras coisas, a sua observação foi irrelevante e fora de propósito, e um desperdício de papel e de tempo.²⁹

minha posição realmente. Antes, Isaías diz: “Eu formo a luz e crio as trevas: eu promovo a paz e crio a desgraça; eu, o SENHOR, faço todas essas coisas” (Isaías 45.7, KJV). É claro, muitas pessoas insistem que aqui “mal” significa “calamidade” – como se isso tornasse as coisas melhores! “Calamidade” certamente inclui guerras, assassinatos, estupros, levantes políticos e assim por diante.

²⁸ Luther, p. 80.

²⁹ Ibid., p. 86.

Com relação ao argumento que seria melhor a questão da predestinação ser mantida intacta por conta do tumulto e da discórdia que gera, Lutero replica:

Que falador repugnante você é! – mas totalmente ignorante sobre o que está falando. Numa palavra, você lida com essa discussão como se a questão em jogo entre nós fosse a reparação de um débito, ou alguma outra trivialidade, cuja perda importa tanto menos que a paz pública, e portanto não deveria preocupar qualquer um a ponto de fazê-lo hesitar de dar e tomar, renunciando à questão se necessário, a fim de certificar-se de que não exista propensão à qualquer desordem pública. Você demonstrou que essa paz e sossego carnis parecem a você muito mais importantes que a fé, a consciência, a salvação, a Palavra de Deus, a glória de Cristo e o próprio Deus.

Deixe-me dizer a você, portanto – e eu peço que deixe isso penetrar fundo na sua mente – eu considero que uma verdade solene e vital, de conseqüência eterna, está em jogo nesta discussão; de uma natureza crucial e fundamental tal que deve ser preservada e defendida mesmo que o preço seja a vida, embora como resultado do que todo o mundo deveria ser, não simplesmente lançado num tumulto e alvoroço, mas destruído em caos e reduzido a nada. Se você não capta isto, se isto te deixa imóvel, então não se intrometa, e deixe aqueles que captam isso e são movidos por ele, a quem é dado de Deus!³⁰

Por sua vez, alguns argumentarão que mesmo devendo ser ensinada a doutrina, talvez isso devesse ser feito apenas aos santos maduros, ou tão-somente aos cristãos, mas certamente não deveria ser mencionada na evangelização.

No entanto, Jesus claramente fala aos seus ouvintes, incluindo os descrentes, que ninguém pode conhecer o Pai “a não ser o Filho e aqueles a quem o Filho *o quisier revelar*” (Mateus 11.27), que ninguém pode ir a ele para ser salvo se o Pai “não o atrair” (João 6.44) e isto não “lhe seja dado pelo Pai” (João 6.65). Isso implica ser perfeitamente legítimo pregar, mesmo aos descrentes, algo como: “Considerando-se que vocês venham a ser salvos por virem a Cristo e crerem no Evangelho, a menos que Deus os tenha escolhido e capacitado a isso, não podem vir e não irão crer”. Em adição, Jesus diz aos descrentes: “mas vocês não crêm, porque não são minhas ovelhas” (João 10.26). Isso por sua vez implica ser perfeitamente legítimo pregar, mesmo aos descrentes: “Se você não crê, isso decorre do fato de não ser um membro do povo de Deus, mas um dos reprovados, destinados à destruição”.

Isso não ofenderia e afugentaria alguns ouvintes? Sim, pregar dessa forma vai ofender e afastar *os reprovados*, o que também quer dizer que teremos menos falsos conversos nas nossas igrejas, que nos trazem desnecessários (pois são não-regenerados) e *incorrigíveis* problemas. Mas certamente que os eleitos se regozijarão em ouvir sobre a graça e o poder soberanos de Deus, revelados para a sua glória e para a nossa salvação. Como Paulo escreve: “Como são belos os pés dos que anunciam boas novas!” (Romanos 10.15). Aqui ele cita Isaías 52.7, cuja mensagem é “*O seu Deus reina!*”³¹ Assim, a graça e o governo soberanos de Deus constituem a mensagem do evangelho.

³⁰ Ibid., p. 90.

³¹ O versículo diz “Como são belos nos montes os pés daqueles que anunciam boas novas, que proclamam a paz, que trazem boas notícias, que proclamam salvação, que dizem a Sião: ‘O seu Deus reina!’”.

É isso o que encontramos no ministério de Cristo, tanto que quando ele diz “Eu lhes disse que ninguém pode vir a mim, a não ser que isto lhe seja dado pelo Pai”, muitas pessoas “voltaram atrás e deixaram de segui-lo”; em contraste, Pedro pergunta: “Senhor, para quem iremos? Tu tens as palavras de vida eterna. Nós cremos e sabemos que és o Santo de Deus” (João 6.65-69). Logo, com base no ensino das Escrituras, o exemplo de Cristo, a doutrina dos apóstolos,³² e até mesmo o resultado esperado, tanto a eleição quanto a reprovação são tópicos adequados e desejáveis no ensino e no evangelismo.

A verdade é que enquanto muitos calvinistas são hesitantes, arminianos estão atrevidamente proclamando o seu falso evangelho do livre arbítrio – que as pessoas devem salvar a si mesmas sobre a base do que Cristo fez, que Deus deu o primeiro passo, mas agora eles é quem devem tomar o passo final e decisivo, e que Deus não pode fazer nada em suas vidas sem o consentimento deles. Em primeiro lugar, negligenciar qualquer porção do sistema bíblico da verdade é um grande pecado, especialmente quando envolve uma doutrina fundamental, e à luz da audácia arminiana, não pregar confiantemente a predestinação e a graça soberanas em todos os contextos seria devastador – e tem sido este o caso – para o vigor e o progresso da igreja.

Algumas pessoas encaram isso como uma questão secundária, muito trivial para ser digna de disputa; no entanto, temos demonstrado que a doutrina não é trivial, nem mesmo uma questão de preferência ou perspectiva. Antes, estamos considerando a natureza real de Deus e do evangelho. É o nosso Deus como a Bíblia revela – soberano e onipotente – ou é como os deuses pagãos mitológicos – limitado e estrebuchante? A salvação é realmente “do Senhor” ou é em parte de Deus e em parte do homem?

Lutero escreve que a questão é “de implicações eternas”. Ele designa o tópico como “a verdadeira questão”, “a questão essencial”, “a dobradiça sobre a qual tudo mais gira”, e “o ponto vital”, e comparada a quaisquer outras disputas, elas são apenas “questões irrelevantes” e “ninharias”.³³ Se você é um cristão, defina o seu programa de estudos teológicos adequadamente; se você é um pastor, defina a sua agenda para pregar tendo isso em mente. Lutero e os reformadores entenderam a natureza da disputa e suas implicações, pois sem um Deus absolutamente soberano que opera todas as coisas pelo seu poder soberano e salva pessoas unicamente pela sua graça soberana, não haveria Cristianismo. Portanto, não nos deixemos ser envergonhados pelo evangelho – o evangelho verdadeiro e integral – que Deus salva os seus escolhidos pela sua graça, de acordo com a sua vontade e prazer, e para a sua glória.

Tradução: Marcelo Herberts

³² Os apóstolos pregaram sobre a soberania divina e a predestinação nos seus sermões “evangelísticos” (At 2.23, 17.26), e certamente também ensinaram isso na igreja (At 4.28). Não houve controvérsia entre eles; afirmaram a soberania de Deus sobre tudo, incluindo o pecado e a salvação.

³³ Ibid., p. 319.